

Regulamento do Sistema de Controlo Interno

A presente Norma de Controlo Interno é elaborada em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações incluindo o DL n.º 10/2024, de 8 de janeiro, e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

O documento estabelece princípios, métodos e procedimentos que visam garantir a legalidade, a boa gestão dos recursos públicos, a salvaguarda do património, a fiabilidade da informação financeira e a prevenção de erros e fraudes.

O Presente Regulamento consubstancia-se, portanto, no plano de organização e nos métodos e procedimentos adotados pela autarquia, com vista a atingir o objetivo de gestão definidos pelo órgão executivo. O Regulamento visa assegurar a metódica e eficiente conduta da sua atividade da Junta e operações inerentes a esta, incluindo a aderência a políticas de administração, de salvaguarda dos ativos, de prevenção e deteção de fraudes e erros, de precisão e plenitude dos registos contabilísticos, e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

CAPITULO I

PRINCIPIOS GERAIS

Art°.1°

Âmbito e Aplicação

A Norma de Controlo Interno aplica-se a todas as operações realizadas pela União de Freguesias, definindo as competências e responsabilidades dos diversos órgãos e serviços, em alinhamento com as exigências do SNC-AP e demais legislação aplicável.

CAPITULO II

COMPETÊNCIAS

Art°. 2°

Da Assembleia de Freguesia

- 1. É da competência da Junta de Freguesia executar as competências definidas nos Art. 8º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- 2. A Assembleia de Freguesia exerce competências de apreciação e fiscalização, bem como competências de funcionamento, nos termos da Lei n.º 75/2013.
- 3. Ao nível das competências de apreciação e fiscalização, sob proposta da Junta de Freguesia, compete à Assembleia de Freguesia:



União de Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto

Município de Barcelos

- a. Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, incluindo as respetivas revisões;
- b. Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, com respetiva avaliação, e votar os documentos de prestação de contas do ano anterior;
- c. Autorizar a contração de empréstimos e aberturas de crédito pela Junta de Freguesia;
- d. Aprovar as taxas e preços da freguesia, definindo os seus valores;
- e. Autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor superior ao limite fixado para a Junta, podendo impor hasta pública, definindo condições gerais;
- f. Aprovar os regulamentos externos da freguesia;
- g. Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta e a Câmara Municipal, incluindo a sua resolução e, no caso dos contratos, a revogação;
- h. Autorizar protocolos de delegação de tarefas administrativas com organizações de moradores;
- Autorizar protocolos de colaboração com instituições públicas, privadas ou cooperativas, especialmente quando envolvem equipamentos da freguesia e salvaguardam uso comunitário;
- j. Autorizar formas de cooperação com outras entidades públicas ou privadas;
- k. Autorizar a constituição de associações previstas na lei;
- I. Autorizar concessão de apoio, financeiro ou outro, a instituições que promovam atividades culturais, recreativas ou desportivas legalmente constituídas;
- m. Aprovar o mapa de pessoal dos serviços da freguesia;
- n. Aprovar a criação e reorganização dos serviços da freguesia;
- o. Regulamentar a apascentação de gado na área da freguesia;
- p. Definir brasões, selos e bandeiras, após parecer da Comissão de Heráldica, e assegurar publicação no Diário da República;
- q. Verificar requisitos relativos ao exercício de funções (tempo inteiro/meio tempo) do Presidente da Junta de Freguesia;
- r. Autorizar protocolos de geminação, amizade, cooperação ou parceria com outras freguesias, com base em afinidades culturais, históricas, económicas ou geográficas.
- 4. Ao nível das competências de funcionamento, compete à Assembleia de Freguesia definir o seu modo de funcionamento, conforme regimento interno.



É da competência da Junta de Freguesia executar as competências definidas no Art. 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente:

- a. Elaborar e submeter à aprovação da assembleia de freguesia as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões.
- b. Executar as opções do plano e o orçamento, bem como aprovar as suas alterações.
- c. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, dentro dos limites de até 220 vezes a RMMG.
- d. Alienar por hasta pública bem imóvel de valor superior, sem autorização da assembleia, desde que seja decorrente da execução do plano e aprovado por maioria qualificada (dois terços) da assembleia.
- e. Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da freguesia e respetiva avaliação, além dos documentos de prestação de contas a submeter à assembleia.
- f. Executar obras previstas nas opções do plano, por empreitada ou administração direta, desde que exista dotação orçamental adequada.
- g. Aprovar operações urbanísticas em imóveis do domínio privado da freguesia, após parecer prévio das entidades competentes.
- h. Elaborar e submeter à aprovação da assembleia os projetos de regulamentos externos da freguesia e aprovar os regulamentos internos.
- i. Debater e preparar com a Câmara Municipal contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos legais.
- j. Submeter à assembleia para autorização os contratos de delegação de competências e acordos de execução, incluindo eventual resolução ou revogação.
- k. Debater e preparar protocolos de delegação de tarefas administrativas com organizações de moradores, desde que não envolvam poderes de autoridade.
- Submeter à assembleia os protocolos de delegação referidos na alínea anterior para autorização.
- m. Debater e preparar protocolos de colaboração com instituições públicas, privadas ou cooperativas, especialmente quando envolvem equipamentos da freguesia.
- n. Submeter à assembleia os protocolos de colaboração para efeitos de autorização.
- o. Deliberar sobre formas de apoio a entidades/organismos legais existentes, para execução de obras ou eventos de interesse local e para defesa dos direitos dos cidadãos.
- p. Pronunciar-se sobre projetos de construção e ocupação da via pública, quando solicitado pela Câmara.
- q. Participar na elaboração dos planos municipais de ordenamento do território, conforme acordado com a Câmara.
- r. Colaborar na discussão pública desses planos municipais, conforme acordos com a autarquia.
- s. Facultar a consulta pública dos planos municipais de ordenamento do território.
- t. Promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto.



União de Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto

Município de Barcelos

- u. Participar em parceria com instituições particulares de solidariedade social em iniciativas de ação social.
- v. Apoiar atividades de interesse cultural, educativa, desportiva, social ou recreativa desenvolvidas localmente.
- w. Emitir parecer sobre a denominação de ruas e praças nas localidades da freguesia.
- x. Prestar colaboração a outras entidades públicas quando solicitada, por exemplo, para estatísticas ou outros serviços de interesse.
- y. Colaborar com a autoridade municipal de proteção civil em situações de acidente grave ou catástrofe.
- z. Promover conservação de abrigos de passageiros existentes na freguesia (ex: pontos de ônibus).
- aa. Gerir e manter limpos balneários, lavadouros e sanitários públicos.
- bb. Gerir e manter parques infantis e equipamentos desportivos de âmbito local.
- cc. Conservar chafarizes e fontanários públicos.
- dd. Providenciar e manter placas toponímicas.
- ee. Conservar a sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais.
- ff. Manter caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais localmente.
- gg. Conceder terrenos em cemitérios para jazigos, sepulturas perpétuas.
- hh. Gerir, conservar e promover limpeza dos cemitérios da freguesia.
- ii. Administrar e conservar o património da freguesia.
- ij. Manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis pertencentes à freguesia.
- kk. Adquirir e alienar bens móveis da freguesia.
- II. Declarar prescritos, a favor da freguesia, jazigos ou sepulturas perpétuas abandonadas ou de proprietários desconhecidos, após aviso judicial.
- mm. Fornecer material de limpeza e expediente às escolas do 1.º ciclo e pré escolar.
- nn. Registar e licenciar canídeos e gatídeos.
- oo. Administrar ou usar baldios, se não existirem assembleias de compartes.
- pp. Executar recenseamento eleitoral, como comissão recenseadora, e exercer funções nas leis eleitorais ou referendárias.
- qq. Lavrar termos de identidade e justificação administrativa.
- rr. Passar atestados.
- ss. Tomar conhecimento e posicionar-se sobre relatórios finais de auditorias ou ações tutelares realizadas aos órgãos ou serviços da freguesia.
- tt. Cumprir o Estatuto do Direito de Oposição.
- uu. Deliberar sobre constituição e participação em associações previstas na lei.
- vv. Remeter as contas da freguesia ao Tribunal de Contas.
- ww. Exercer os poderes funcionais e diligências determinadas pela assembleia de freguesia.



xx. Apresentar propostas à assembleia sobre matérias da competência desta.

Art. 4.°

Do Presidente da Junta de Freguesia

Compete ao presidente da Junta de Freguesia:

- 1. Autorizar a realização de despesas até ao limite estipulado por delegação da Junta de Freguesia;
- 2. Autorizar o pagamento das despesas orçamentadas, de harmonia com as deliberações da Junta de Freguesia;
- 3. Submeter o Relatório de Atividades e os documentos de prestação de contas à aprovação da Junta de Freguesia e à apreciação da Assembleia de Freguesia;
- 4. Proceder com eficiência e economia de meios, devendo privilegiar-se a celebração de contratos de fornecimento contínuos para a aquisição de bens de consumo permanentes;
- 5. Promover a receção, análise e relatório das propostas apresentadas pelos fornecedores e prestadores de serviços;
- Submeter a despacho superior os relatórios contendo intenções de adjudicação e proceder à subsequente audiência dos interessados;
- 7. Comunicar os atos de adjudicação a todos os interessados;
- 8. Assinar os atestados e declarações emitidos pela freguesia;
- 9. Supervisionar a contabilidade;
- 10. Executar os poderes conferidos expressamente por este Regulamento e ainda os emanados da lei e atribuídos por deliberação da Junta de Freguesia;

Art. 5.°

Do Secretário da Junta de Freguesia

Compete ao secretário da Junta de Freguesia:

- 1. Redigir as atas de reunião do órgão executivo e submetê-las a aprovação;
- 2. Redigir os atestados e declarações passados pela Junta de Freguesia;
- 3. Gerir a emissão de licenças de canídeos;
- 4. Executar os poderes conferidos expressamente por este Regulamento e ainda os emanados da lei e atribuídos por deliberação da Junta de Freguesia;



União de Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto

Município de Barcelos

Do Tesoureiro da Junta de Freguesia

Compete ao Tesoureiro:

- 1. Supervisionar todas as operações relacionadas com Tesouraria;
- 2. Entregar regularmente as receitas cobradas a outras entidades;
- 3. Arrecadar todas as receitas da autarquia;
- 4. Depositar em instituições de crédito todas as receitas cobradas;
- 5. Efetuar o pagamento das despesas, desde que autorizadas e processadas;
- 6. Assegurar a gestão da tesouraria e dos valores à sua guarda;
- 7. Emitir ordens de pagamento e submeter a autorização superior;
- 8. Executar os poderes conferidos expressamente por este Regulamento e ainda os emanados da lei e atribuídos por deliberação da Junta de Freguesia;

Art. 7.°

Da contabilidade

À Secção de Contabilidade, ou ao contabilista compete:

- 1. Colaborar na elaboração do plano plurianual de atividades e orçamento, coligindo todos os elementos necessários para esse fim e proceder à apresentação dos mesmos;
- 2. Acompanhar a execução dos documentos referidos na alínea a), introduzindo as modificações que se imponham ou sejam recomendadas;
- 3. Proceder à cativação de verbas por conta de dotações de despesa;
- 4. Promover todo o sistema de conferência de documentos;
- 5. Registar faturas e movimentar as devidas contas;
- 6. Escriturar os livros e demais documentos contabilísticos;
- 7. Desencadear as operações necessárias ao encerramento do ano económico;
- 8. Elaborar os documentos de prestação de contas, preceituados pela lei e submetê-los à aprovação da Junta de Freguesia;
- 9. Elaborar o inventário e mantê-lo atualizado;



CAPITULO III

DISPONIBILIDADES

Art°.8°

Caixa

- 1. São da competência do Tesoureiro da Junta efetuar todas as operações relacionadas com o caixa.
- 2. Sempre que o valor em caixa superar os 500 Euros no final do dia, deve ser depositado na Instituição de Crédito mais próxima.
- 3. O Tesoureiro deverá apresentar mensalmente todos os movimentos de caixa efetuados durante o mês findo.
- 4. Compete ao Secretário aferir os valores de caixa apresentados pelo Tesoureiro e seus documentos suporte, na presença deste ou de alguém delegado por ele:
 - a. Trimestralmente e sem aviso prévio;
 - b. No encerramento das contas de cada exercício económico;
 - c. No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substitui no caso de aquele ter sido dissolvido;
 - d. Quando for substituído o Tesoureiro;
- 5. São lavrados termos da contagem dos montantes sob a responsabilidade do Tesoureiro, assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente pelo Presidente do órgão executivo e pelo Tesoureiro nos casos referidos na alínea c) do número anterior e ainda pelo Tesoureiro cessante nos casos referidos na alínea d) do mesmo artigo;

Artigo 9°

Contas Bancárias

- 1. A Junta de Freguesia pode constituir quantas contas bancárias entenda, desde que seja deliberado por unanimidade dos seus membros a sua abertura;
- 2. As contas serão movimentadas simultaneamente pelo Presidente e Tesoureiro, ou na falta deste último pelo Secretário, desde que o Tesoureiro lhe delegue porescrito;
- 3. Os cheques não preenchidos estarão na posse do Tesoureiro;
- 4. Existindo cheques anulados será da competência do Tesoureiro arquiva-los sequencialmente e comunicar à Instituição de Crédito sacadora tal fato;



- 5. Será permitido à Junta de Freguesia constituir Depósitos a Prazo, subscrever Fundos de Investimento, Obrigações e demais Investimentos Financeiros por um prazo máximo de um ano;
- 6. É da competência do Tesoureiro depositar toda e qualquer verba;
- 7. Será permitido à Junta de Freguesia proceder a ordens permanentes de pagamento, desde que aprovadas por dois terços dos votos;

Artigo 10°

Controlo das Contas Bancárias

- 1. Compete à contabilidade efetuar as reconciliações bancárias mensalmente;
- 2. Existindo divergências deve a contabilidade avisar o Tesoureiro de talfato;
- 3. Existindo cheques em trânsito há mais de seis meses, deve a contabilidade informar o Tesoureiro de tal fato;
- 4. Após a comunicação por parte da contabilidade de que existem cheques em trânsito há mais de seis meses, o Tesoureiro deve:
 - a. Oficializar o cancelamento do meio de pagamento junto da Instituição de Crédito sacadora:
 - b. Comunicar ao devedor que foi cancelado o meio de pagamento, solicitando a devolução do cheque;
 - c. Emitir novo cheque;

Artigo 11°

Fundo de Maneio

- 1. Toda a despesa efetuada pela Junta de Freguesia deverá ser paga preferencialmente por meio de cheque ou transferência bancária.
- É contudo atribuído um Fundo de Maneio de 1.500 € à Presidente, para fazer face a pequenas despesas, bem como um caixa para recebimento das receitas do Espaço Cidadão.
- 3. Compete ao órgão executivo aprovar um regulamento que defina a natureza das despesas a pagar por meio do fundo de maneio e o seu cabimento no orçamento;
- 4. O Fundo de Maneio é atribuído:
 - a. No início do mandato da Presidente;
 - b. No dia um de Janeiro de cada ano;



- 5. O Fundo de Maneio terá de ser reposto pela Presidente, através de igual montante atribuído, ou de despesas que justifiquem a diferença:
 - a. Quando cessar funções;
 - b. No dia 31 de Dezembro de cada ano;

CAPITULO IV

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

Art°. 12°

Controlode Dívidasa Pagar e a Receber

- 1. A contabilidade deve apresentar mensalmente ao órgão autárquico a relação de débitos e créditos para sua análise;
- 2. No final do exercício devem ser circularizados os saldos apresentados pelaautarquia;

CAPITULO V

IMOBILIZADO

Art°. 13°

Operações de Controlo

- As aquisições de imobilizado devem ser efetuadas de acordo com o plano plurianual de investimentos e mediante deliberação da Junta de Freguesia, através de requisições externas ou contratos, emitidos por responsáveis nomeados para o efeito, e após cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de empreitadas e de fornecimentos;
- 2. O controlo do imobilizado está sujeito ao preceituado no Regulamento do Cadastro e Inventário dos Bens da Autarquia;

CAPITULO VI

DOCUMENTAÇÃO E CIRCUITO DOS DOCUMENTOS

Art°. 14°

Entrada de Correspondência

1. É da competência do Secretário o registo de toda a correspondência entrada e a sua apresentação ao órgão executivo;



- 2. Compete ao Presidente dar despacho de toda a correspondência apresentada nas reuniões de Junta pelo Secretário;
- 3. Compete ao Secretário fazer a distribuição da correspondência, conforme despacho emanado pelo Presidente;

Art°. 15°

Saída de Correspondência

- 1. Toda a correspondência emanada do órgão executivo, tem de ser assinada pelo Presidente, ou na falta deste pelo Secretário;
- 2. Todas as Declarações, Certidões, Atestados e demais documentos que vinculem a Junta de Freguesia, têm de ser assinados pelo Presidente da Junta;
- 3. Compete ao Secretário efetuar o registo da correspondência expedida na plataforma da entidade;

Art°. 16°

Documentos Obrigatórios

São documentos obrigatórios os definidos no SNC-AP.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E ENTRADA EM VIGOR

Art°. 16°

Disposições Finais

- 1. As dúvidas ou omissões que se venham a verificar na interpretação do presente regulamento, serão resolvidas por deliberação da Junta de Freguesia.
- 2. São revogadas todas as disposições regulamentares contrárias ao presente regulamento.

Art.° 17°

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua aprovação em reunião de Junta de Freguesia.

Alvito S. Pedro, 31 de janeiro de 2024

A Presidente da União de Freguesias

Paula Belchior